

DIIESE

Subseção Federação dos Trabalhadores da
Saúde do Estado de São Paulo

Boletim Mensal – Ano III – Nº 19

ABRIL DE 2013

TRABALHO NA SAÚDE

Estado de São Paulo



DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



APRESENTAÇÃO

O boletim TRABALHO NA SAÚDE é uma publicação mensal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, DIEESE, Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo que pretende apresentar aos dirigentes sindicais, da área de serviços de saúde privada e filantrópica, informações relevantes sobre o comportamento do mercado de trabalho, com carteira assinada, do setor.

Os dados são coletados junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, CAGED, do Ministério do Trabalho *sem considerar os ajustes de declarações fora do prazo*, permitindo, assim, comparações com períodos anteriores. As informações monetárias são sempre apresentadas em valores reais, corrigidos pela variação do INPC-IBGE.

A partir desta edição o boletim passa a acompanhar, também, as movimentações do emprego na base do Sindicato da Saúde de Osasco.

Além da análise da movimentação do emprego, também são apresentadas informações de interesse da categoria, como o cálculo das perdas salariais em decorrência da inflação e a atualização monetária dos pisos da enfermagem propostos pelo PL nº 4.924/2009. Por fim, são disponibilizados diversos indicadores econômico-financeiros úteis à ação sindical.

Boa leitura!

DESTAQUES

- ✓ **A necessidade de elevar os investimentos e o dogma do superávit primário (pág. 3)**
- ✓ **Em fevereiro, saúde privada de São Paulo abre 956 novos empregos. Saldo de 12 meses continua caindo (pág. 5)**
- ✓ **Novas contratações na saúde privada paulista tem o volume mais baixo desde o início da série em 2007 (pág. 7)**
- ✓ **Em fevereiro, os admitidos na saúde privada tiveram a maior remuneração média dos últimos 12 meses, mas a massa salarial encolheu R\$ 286,5 mil (pág. 9)**
- ✓ **Em fevereiro, “Técnicos e auxiliares de enfermagem” foi a ocupação que mais gerou emprego. Seis ocupações respondem por 96,1% das novas vagas (pág. 11)**
- ✓ **Piso salarial do Técnico de Enfermagem já seria de R\$ 2.934,85 segundo PL nº 4.924/2009 (pág. 11)**
- ✓ **Categorias com data-base em 1º de março precisam de reajuste 7,22% para repor as perdas com a Inflação (pág. 13)**

A necessidade de elevar os investimentos e o dogma do superávit primário

Em matéria teológica a palavra “**dogma**” indica uma “verdade de fé” inquestionável e imutável, ainda que, algumas vezes não se compreenda o motivo. No recente debate econômico, que busca alternativas para impulsionar os investimentos e fazer a economia crescer, a política de superávit primário – economia que o governo faz para pagar “antecipadamente” os juros da dívida pública – tem sido tratada por alguns analistas econômicos como um verdadeiro **dogma da economia**, que não pode ser tocado ou alterado, sob pena de implosão do edifício econômico nacional. Será verdade?

O superávit primário faz parte do tripé de política macroeconômica que o governo brasileiro adota, há mais de uma década, juntamente com o sistema de metas de inflação e o câmbio flutuante. À época da adoção deste tripé, o Brasil precisava atrair investimento externo para fechar as contas do Balanço de Pagamentos – relação de todas as transações comerciais e financeiras entre o país e o resto do mundo. Para persuadir o investidor internacional a aplicar seu “rico dinheirinho” nos títulos da dívida pública nacional, surgiram alguns estímulos: as taxas de juros praticadas no país foram elevadas ao “mais alto dos céus” e estabeleceu-se que o governo deveria separar uma parcela de sua arrecadação para garantir o devido pagamento aos detentores dos títulos públicos. Nascia o “superávit primário”.

Os tempos mudaram e hoje o problema é outro: o mercado interno está aquecido, cheio de consumidores “querendo comprar”, mas a produção nacional não é capaz de competir com os produtos importados. Entre as causas deste fenômeno, estão as péssimas condições de nossa infraestrutura de logística e a defasagem tecnológica de nosso parque produtivo em relação ao de países desenvolvidos e emergentes, sobretudo a China.

A solução destes “problemas dos novos tempos” passa pelo aumento dos investimentos. Há três possibilidades: a) aumento do investimento privado, que anda muito tímido devido às inseguranças do momento econômico, b) aumento de exportações, improvável no atual cenário externo e c) aumento do investimento público, única opção viável já que não depende da “boa vontade” dos mercados.

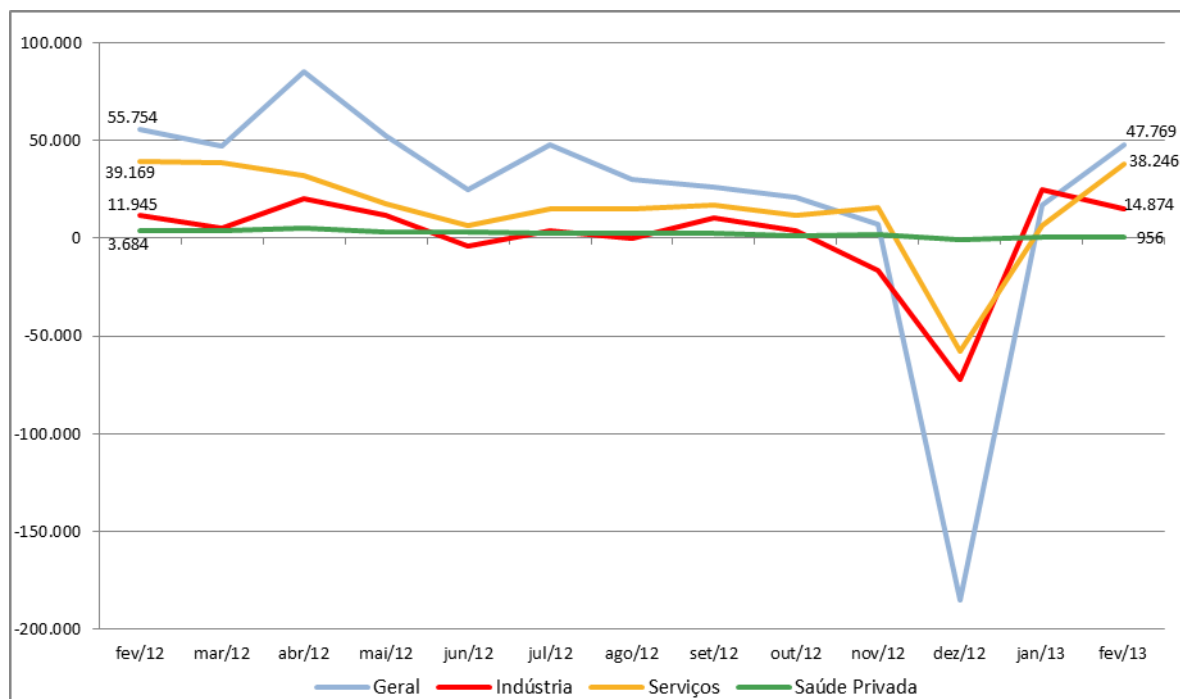
Ora, nesta situação, qual seria o “pecado” de, ao menos no curto prazo, direcionar os recursos do superávit primário para o investimento público? Com os R\$ 155,8 bilhões de superávit primário estimados para 2013 (3,12% do PIB), seria possível melhorar muito a nossa infraestrutura de saneamento e logística, permitindo maior eficiência estrutural para a produção nacional e desenvolvimento social. Além disso, a demanda gerada pelo investimento público,

direcionado e racional, poderá forçar a reação do investimento privado, criando um ambiente adequado à instalação de um novo ciclo virtuoso para a retomada da economia.

Uma política pública deste tipo, contudo, tem “prazo de validade”, afinal, seja em matéria teológica, seja em política econômica, a “salvação” só pode ser alcançada enquanto o sujeito ainda está vivo. Verificado o estado de “fragilidade” pelo qual passa a produção nacional, talvez tenha chegado a hora de quebrar certos dogmas antes que seja tarde demais.

Quase que desconhecendo os efeitos do marasmo econômico nacional, por hora, o mercado de trabalho paulista “vai muito bem, obrigado”! Os dados do CAGED indicam um bom desempenho da geração de empregos em fevereiro, ao todo foram gerados 47,7 mil postos de trabalho, quase o triplo do verificado em janeiro (16,9 mil). Apesar do bom desempenho, o resultado de fevereiro é 14,3% inferior ao verificado no mesmo mês em 2012. Em fevereiro, o setor de serviços foi o grande responsável pelas contratações, respondendo por 80% dos novos empregos. Por outro lado, o emprego industrial teve um recuo de quase 40% em relação a janeiro. Na saúde privada foram abertos 956 novos postos de trabalho, 29,1% a mais do que em janeiro (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Evolução do número de novas vagas de trabalho formal, por setor econômico
Estado de São Paulo, fevereiro/2012 a fevereiro/2013



Fonte: MTE, CAGED

Elaboração: DIEESE Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Em fevereiro, saúde privada de São Paulo abre 956 novos empregos. Saldo de 12 meses continua caindo

Em fevereiro, o setor de saúde privada paulista registrou um aumento de 956 novas vagas de trabalho com carteira assinada. Este resultado representa um aumento de 29,1% na comparação com janeiro. Apesar do desempenho positivo na comparação mensal, o resultado de fevereiro está muito aquém das 3.684 vagas criadas no mesmo mês em 2012, indicando que o mercado de trabalho da saúde privada inicia o ano com um dinamismo mais frágil.

A maior parte das vagas, 44,9%, foi criada na capital, como aumento de 429 postos de trabalho. Por outro lado, o município de Barueri registrou o pior desempenho do saldo do emprego, com redução de 94 postos de trabalho (Tabela 1).

TABELA 1
Desempenho na movimentação do emprego no setor de saúde privada
Municípios paulistas, fevereiro de 2013

Posição	Municípios	Admitidos	Desligados	SALDO
AUMENTO DO NÚMERO DE VAGAS				
1 ^a	São Paulo	6.796	6.367	429
2 ^a	Caraguatatuba	166	53	113
3 ^a	Campinas	712	611	101
4 ^a	Lorena	98	23	75
5 ^a	Sorocaba	324	252	72
REDUÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS				
1 ^a	Barueri	181	275	-94
2 ^a	Santo André	393	479	-86
3 ^a	Taubaté	91	145	-54
4 ^a	Registro	11	52	-41
5 ^a	Guarulhos	268	305	-37

Fonte: MTE, CAGED.

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

⁽¹⁾ CNAE 2.0, classes 65502; 86101; 86216; 86224; 86305; 86402; 86500; 86607; 86909; 87115; 87123; 87204 e 87301.

No primeiro bimestre do ano a saúde privada paulista acumula saldo de 1.696 novos postos de trabalho. Em 12 meses, o saldo é de 28.085 novas vagas, 8,9% menos que o resultado dos 12 meses findos em janeiro.

Em fevereiro, apenas cinco das 18 bases sindicais acompanhadas apresentaram retração do emprego. O melhor resultado foi observado na base do SINSAÚDE São Paulo, correspondendo a

439 novas vagas e, por seu turno, o pior desempenho ocorreu na base do Sindicato da Saúde de Osasco¹, uma redução de 85 empregos no saldo. Dentre os sindicatos filiados à Federação da Saúde, o resultado mais favorável foi apurado na base do SINSAÚDE Campinas, um aumento de 261 novas vagas de trabalho formal (Tabela 2).

TABELA 2
Movimentação do emprego no setor de saúde privada
Estado de São Paulo e base territorial de sindicatos selecionados, fevereiro de 2013

Bases Territoriais	Fevereiro/13			ANO (Janeiro e Fevereiro)			12 MESES		
	Admitidos	Desligados	SALDO	Admitidos	Desligados	SALDO	Admitidos	Desligados	SALDO
SINSAÚDE Campinas	2.408	2.147	261	4.660	4.389	271	27.841	25.520	2.321
SINSAÚDE Ribeirão Preto	748	740	8	1.517	1.471	46	9.614	8.594	1.020
SINSAÚDE Araçatuba	206	178	28	393	353	40	2.286	1.783	503
Sindicato da Saúde de Rio Claro	98	94	4	199	174	25	1.016	920	96
Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto	596	571	25	1.185	1.096	89	6.623	5.841	782
Sindicato da Saúde de Sorocaba	559	512	47	1.048	1.026	22	6.044	5.525	519
Sindicato da Saúde de Piracicaba	301	302	-1	617	640	-23	3.594	3.384	210
Sindicato da Saúde de Jaú	151	137	14	264	252	12	1.754	1.573	181
SINSAÚDE Franca	126	127	-1	264	244	20	1.640	1.524	116
Sindicato da Saúde de Bauru	230	233	-3	433	420	13	2.717	2.563	154
Sindicato da Saúde de Presidente Prudente	169	130	39	356	291	65	1.863	1.621	242
SINTRASAÚDE Santos	331	329	2	754	749	5	5.003	4.359	644
SINDSAÚDE São José dos Campos	863	669	194	1.528	1.337	191	8.401	7.133	1.268
Sindicato da Saúde do ABC ²	457	428	29	890	821	69	6.168	4.886	1.282
Sindicato da Saúde de Guarulhos ²	310	346	-36	653	681	-28	4.138	3.680	458
Sindicato da Saúde de São Carlos ²	107	78	29	150	142	8	903	787	116
Sindicato da Saúde de Osasco ²	620	705	-85	1.258	1.581	-323	9.229	9.005	224
SINSAÚDE São Paulo ²	7.248	6.809	439	14.099	12.820	1.279	91.749	75.008	16.741
Outros Municípios ³	537	572	-35	927	1.080	-153	6.501	5.244	1.257
Estado de São Paulo	15.989	15.033	956	31.027	29.331	1.696	196.178	168.093	28.085

Fonte: MTE, CAGED.

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

⁽¹⁾ CNAE 2.0, classes 65502; 86101; 86216; 86224; 86305; 86402; 86500; 86607; 86909; 87115; 87123; 87204 e 87301.

⁽²⁾ Não filiado à Federação da Saúde do Estado de São Paulo.

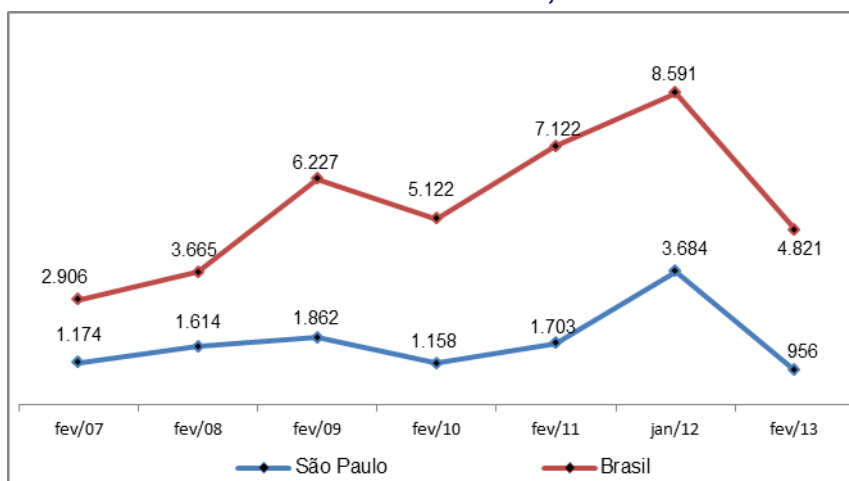
⁽³⁾ Municípios paulistas não inclusos em nenhuma das bases sindicais.

¹ A partir desta edição, o boletim Trabalho na Saúde passa a incluir a base territorial do Sindicato da Saúde de Osasco em suas análises.

Novas contratações na saúde privada paulista tem o volume mais baixo desde o início da série em 2007

Os 956 novos postos de trabalho formal abertos, na saúde privada do estado de São Paulo, em fevereiro, constituem o pior resultado já registrado para um mês de fevereiro, desde o início da série em 2007. No conjunto do país, de maneira semelhante, as 4.821 novas vagas, compõem o resultado mais baixo desde fevereiro de 2008 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Saldo do emprego no setor de saúde privada em fevereiro
Estado de São Paulo e Brasil, 2007 a 2013



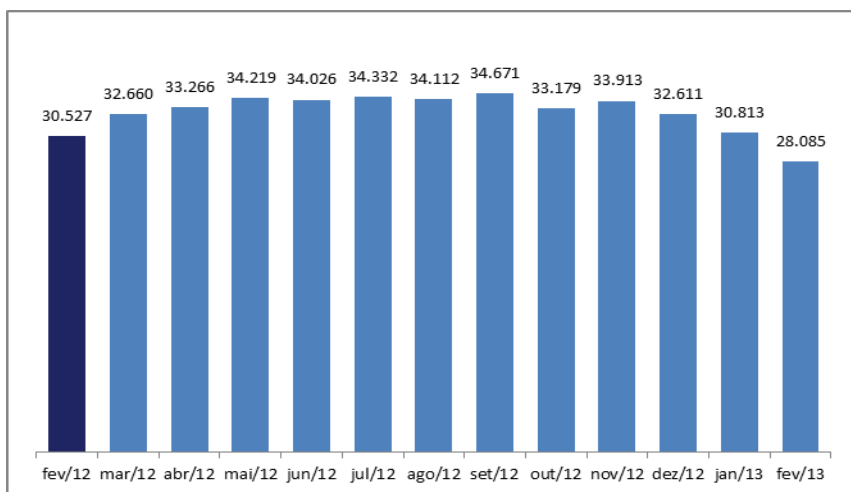
Fonte: MTE, CAGED

Elaboração: DIEESE Subseção Fed. dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Em fevereiro, o saldo do emprego na saúde privada acumulado em 12 meses² significou a geração de 28.085 novas vagas. Houve, portanto, uma queda de 8,9% no número de novas vagas na comparação com o resultado de janeiro. Esta já é a terceira queda consecutiva para este tipo de comparação, e trata-se do pior resultado desde maio de 2008. Na comparação com fevereiro de 2012 o resultado também é negativo, uma queda da ordem de 8% (Gráfico 3).

² O saldo do emprego acumulado em 12 meses é apontado pelo mês que encerra o período de 12 meses.

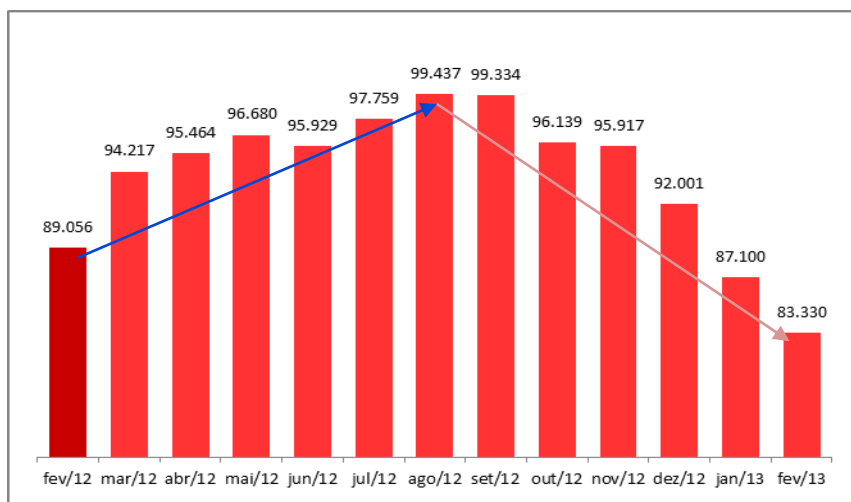
GRÁFICO 3
Geração de empregos na saúde privada
Acumulado em 12 meses
Estado de São Paulo, fevereiro/2012 a fevereiro/2013



Fonte: MTE, CAGED
 Elaboração: DIEESE Subseção Fed. dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.
 Nota: indicado pelo mês que encerra o período de 12 meses

No conjunto do país, o saldo do emprego em 12 meses, findos em fevereiro, foi de 83.330 novas vagas. Houve uma queda de 4,3% na comparação com janeiro, a sexta consecutiva para este tipo de comparação, o que confirma um sério arrefecimento do dinamismo do mercado de trabalho no setor de saúde nacional. O resultado de fevereiro é o mais baixo desde dezembro de 2010. Na comparação com fevereiro de 2012, houve queda de 6,4% (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Geração de empregos na saúde privada
Acumulado em 12 meses
Brasil, fevereiro/2012 a fevereiro/2013



Fonte: MTE, CAGED
 Elaboração: DIEESE Subseção Fed. dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.
 Nota: indicado pelo mês que encerra o período de 12 meses

Em fevereiro, os admitidos na saúde privada tiveram a maior remuneração média dos últimos 12 meses, mas a massa salarial encolheu R\$ 286,5 mil

A **massa salarial**³ do setor de saúde privada continua caindo. Em fevereiro, a massa salarial gerada pela diferença entre os salários dos admitidos e os salários dos desligados, no setor de saúde privada paulista, teve resultado negativo de R\$ 286,5 mil. Nos primeiro bimestre do ano, a massa salarial já recuou cerca de R\$ 1,15 milhões (Tabela 3).

TABELA 3
Diferença entre Massa salarial de admitidos e desligados e relação entre salários (em R\$)
Estado de São Paulo e base territorial de sindicatos selecionados, fevereiro/12 e fevereiro/13

Base Territorial	Massa Salarial Adm (-) Deslig		Relação Salários Adm/Deslig.
	fevereiro/2012	fevereiro/2013	
SINSAÚDE Campinas	-637.414	-144.664	0,85
SINSAÚDE Ribeirão Preto	-23.109	-42.958	0,94
SINSAÚDE Araçatuba	58.203	-3.276	0,85
Sindicato da Saúde de Rio Claro	-11.244	-9.143	0,88
Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto	48.155	-54.242	0,89
Sindicato da Saúde de Sorocaba	-106.450	-5.098	0,91
Sindicato da Saúde de Piracicaba	29.937	-22.602	0,94
Sindicato da Saúde de Jaú	25.342	28.599	1,11
SINSAÚDE Franca	23.460	-28.156	0,83
Sindicato da Saúde de Bauru	-40.428	-31.967	0,88
Sindicato da Saúde de Presidente Prudente	-6.915	48.187	1,04
SINTRASAÚDE Santos	42.528	-81.870	0,82
SINDSAÚDE São José dos Campos	-35.438	231.331	1,01
Sindicato da Saúde do ABC ²	-101.036	-36.639	0,88
Sindicato da Saúde de Guarulhos ²	107.101	-109.395	0,88
Sindicato da Saúde de São Carlos ²	8.400	35.052	1,04
Sindicato da Saúde de Osasco ²	-159.016	168.552	1,19
SINSAÚDE São Paulo ²	4.143.181	246.886	0,96
Outros Municípios ³	163.391	43.785	0,89
Estado de São Paulo	3.641.223	-286.457	0,93

Fonte: MTE, CAGED.

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

⁽¹⁾ CNAE 2.0, classes 65502; 86101; 86216; 86224; 86305; 86402; 86500; 86607; 86909; 87115; 87123; 87204 e 87301.

⁽²⁾ Não filiado à Federação da Saúde do Estado de São Paulo.

⁽³⁾ Municípios paulistas não inclusos em nenhuma das bases sindicais.

⁽⁴⁾ Em reais de fevereiro de 2013, segundo o INPC-IBGE.

⁽⁵⁾ A cor vermelha indica redução da massa salarial

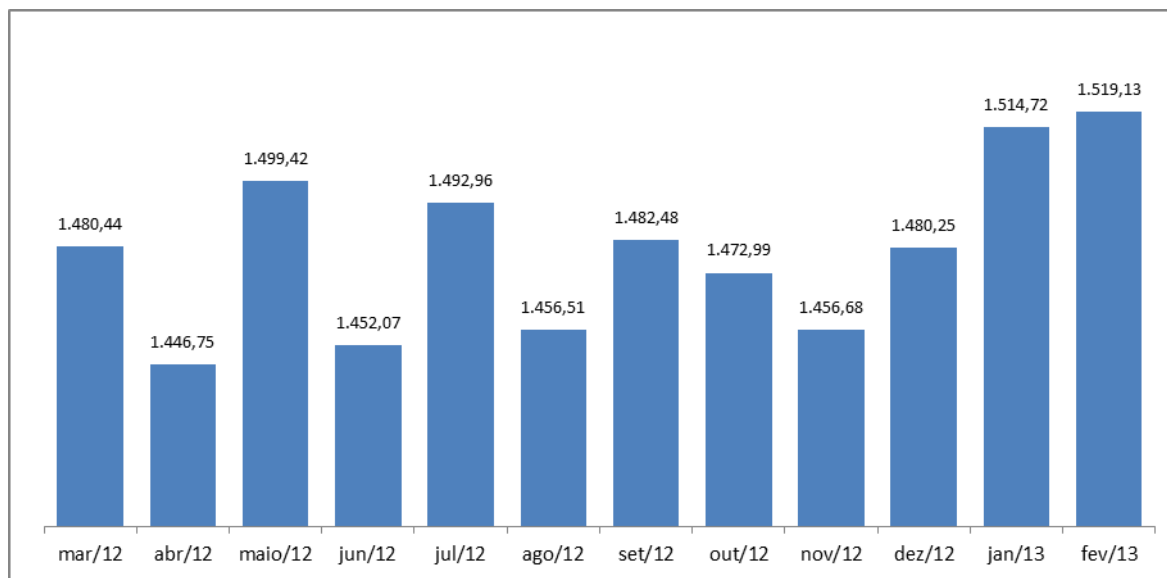
³ A **massa salarial** representa o volume de salários recebidos pelos trabalhadores (salário médio multiplicado pelo número de admitidos – massa salarial de admissão – ou pelo número de desligados – massa salarial de desligamento). A diferença entre a massa salarial de admissão e de desligamento mostra o volume a mais de salários que foram gerados em um período específico.

Das 18 bases sindicais acompanhadas por este boletim, apenas seis tiveram aumento de massa salarial: SINSAÚDE São Paulo, SINDSAÚDE São José dos Campos, Sindicato da Saúde de Osasco, Sindicato da Saúde de Presidente Prudente, Sindicato da Saúde de São Carlos, e Sindicato da Saúde de Jaú. A maior perda de massa salarial ocorreu na base do SINSAÚDE Campinas, uma retração de R\$ 144,7 mil.

A remuneração média dos admitidos no setor, em fevereiro, correspondeu a apenas 93% da remuneração média dos desligados. Nas bases sindicais do Sindicato da Saúde de São Carlos, SINDSAÚDE São José dos Campos, Sindicato da Saúde de Presidente Prudente, Sindicato da Saúde de Jaú e Sindicato da Saúde de Osasco a remuneração média dos admitidos foi maior que a remuneração média dos desligados.

Embora a massa salarial tenha sido negativa e a remuneração dos admitidos tenha ficado abaixo da dos desligados, em fevereiro, a remuneração média dos admitidos na saúde privada paulista foi a maior dos últimos 12 meses, correspondendo a R\$ 1.519,13. Esse resultado representa um crescimento real de 0,3% em relação a janeiro (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Remuneração média real dos admitidos na saúde privada
Estado de São Paulo, março de 2012 a fevereiro de 2013



Fonte: MTE, CAGED

Elaboração: DIEESE Subseção Fed. dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Nota: em reais de março de 2013 pelo INPC-IBGE.

Em fevereiro, “Técnicos e auxiliares de enfermagem” foi a ocupação que mais gerou emprego. Seis ocupações respondem por 96,1% das novas vagas

A ocupação “Técnicos e auxiliares de enfermagem”, mais uma vez, apresentou a maior participação na movimentação do emprego, respondendo, em fevereiro, por 21,2% das admissões e 20,3% dos desligamentos, resultando em 336 novas vagas de trabalho no conjunto do estado. A segunda ocupação com maior participação no saldo do emprego foi “Recepcionistas” com resultado de 173 novas vagas.

Em fevereiro, o conjunto das seis ocupações com maior participação no saldo do emprego respondeu por 96,1% dos novos postos de trabalho (Tabela 4).

TABELA 4
Ocupações com maior participação na movimentação e no saldo de empregos
Estado de São Paulo, fevereiro de 2013

Ocupações Ranking de participação por Saldo	Admitidos		Desligados		Saldo
	nº	(%)	nº	(%)	
Total	15.989	100,0	15.033	100,0	956
1º Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	3.386	21,2	3.050	20,3	336
2º Recepcionistas	2.345	14,7	2.172	14,4	173
3º Enfermeiros de Nível Superior e Afins	885	5,5	730	4,9	155
4º Médicos Clínicos	778	4,9	648	4,3	130
5º Operadores de Telemarketing	475	3,0	400	2,7	75
6º Cuidadores de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos	177	1,1	127	0,8	50

Fonte: MTE, CAGED.

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

ATUALIZAÇÃO DOS PISOS DA ENFERMAGEM EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO NACIONAL – PL 4.924/2009

Piso salarial do Técnico de Enfermagem já seria de R\$ 2.934,85 segundo PL nº 4.924/2009

Desde março de 2009 tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.924/09, que fixa o piso salarial para Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras. O texto prevê que, aprovada a lei, os pisos deverão ser corrigidos pela Inflação

acumulada no período, medida pelo INPC-IBGE. A Tabela a seguir apresenta o cálculo de atualização monetária dos pisos da enfermagem, na hipótese de o PL nº 4.924/09 ser aprovado em abril de 2013.

TABELA 5
Atualização monetária dos pisos da enfermagem, PL nº 4.924/2009
INPC-IBGE acumulado no período de março de 2009 a março de 2013: 26,23%

FUNÇÕES	Piso Salarial em:	
	Março/09	Abril/13
ENFERMEIRO	R\$ 4.650,00	R\$ 5.869,70
TÉCNICO DE ENFERMAGEM ¹	R\$ 2.325,00	R\$ 2.934,85
AUXILIAR DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS ²	R\$ 1.860,00	R\$ 2.347,88

Fonte: PL 4.921/2009; INPC-IBGE

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Notas : (1) corresponde a 50% do piso do enfermeiro; (2) corresponde a 40% do piso do enfermeiro.

ESTÁGIO DE TRAMITAÇÃO DO PL 4.924/2009⁴

Atualmente, o PL 4.924/09 encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, aguardando o parecer do relator, o Dep. Alfredo Kaefer (PSDB-PR). No último dia 02 de abril, o relator apresentou ao Plenário da Câmara o Requerimento nº 7.298/13 solicitando que o PL 4.924/09 fosse atrelado ao PL 2.295/2000 (30 horas) para tramitação conjunta.

Se a medida fosse aceita, os trabalhadores da saúde seriam prejudicados, posto que os dois projetos possuem estágios diferentes de tramitação. Contudo, graças à intervenção proativa da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, o Dep. Kaefer compreendeu a gravidade da questão e por meio do Requerimento nº 7.394/13 solicitou a retirada de pauta de seu requerimento anterior. Sendo assim, o trâmite das duas matérias permanece como estava.

⁴(Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=427859>. Consulta em 10 de abril de 2013).

A COMPANHAMENTO DAS PERDAS SALARIAIS

Categorias com data-base em 1º de março precisam de reajuste de 7,22% para repor as perdas com a Inflação

As categorias com data-base em 1º de março devem ficar atentas para que os reajustes negociados sejam suficientes para, no mínimo, repor as perdas salariais decorrentes da Inflação dos últimos 12 meses. Confira abaixo o cálculo das perdas salariais em função do Índice do Custo de Vida – ICV/DIEESE e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

DEMONSTRATIVO DAS PERDAS SALÁRIAS

Data-Base: 1º de Abril

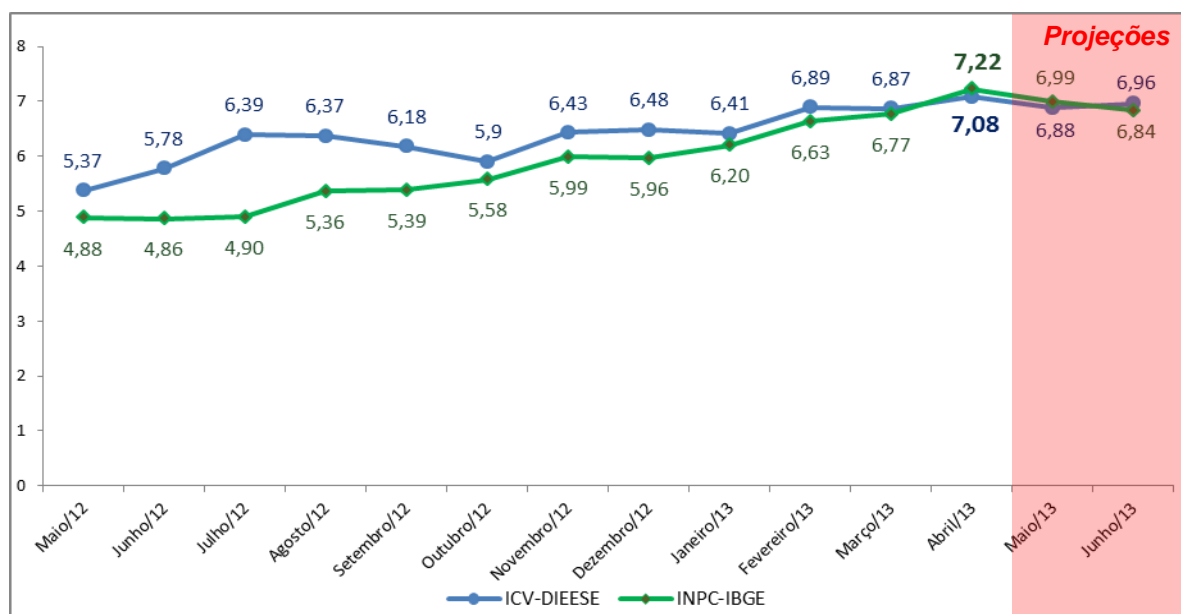
(Base 01-abril-12=100)

Mês/Ano	ICV-DIEESE		Salário Real	Perda Mensal	INPC-IBGE		Salário Real	Perda Mensal	
	Mensal	Índice			Mensal	Índice			
abr-12	0,68%	100,68	99,32	-0,68%	0,64%	100,64	99,36	-0,64%	
maio-12	0,43%	101,11	98,90	-1,10%	0,55%	101,19	98,82	-1,18%	
jun-12	0,23%	101,35	98,67	-1,33%	0,26%	101,46	98,56	-1,44%	
jul-12	0,42%	101,77	98,26	-1,74%	0,43%	101,89	98,14	-1,86%	
ago-12	0,20%	101,98	98,06	-1,94%	0,45%	102,35	97,70	-2,30%	
set-12	0,42%	102,41	97,64	-2,36%	0,63%	103,00	97,09	-2,91%	
out-12	0,81%	103,24	96,86	-3,14%	0,71%	103,73	96,41	-3,59%	
nov-12	0,57%	103,83	96,31	-3,69%	0,54%	104,29	95,89	-4,11%	
dez-12	0,43%	104,27	95,90	-4,10%	0,74%	105,06	95,18	-4,82%	
jan-13	1,77%	106,12	94,23	-5,77%	0,92%	106,03	94,32	-5,68%	
fev-13	0,12%	106,24	94,12	-5,88%	0,52%	106,58	93,83	-6,17%	
mar-13	0,78%	107,08	93,39	-6,61%	0,60%	107,22	93,27	-6,73%	
Reajuste Necessário em 1º de abril de 2013				7,08%	Reajuste Necessário em 1º de abril de 2013				7,22%

Elaboração: DIEESE Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

O Gráfico 6, a seguir, mostra a evolução do reajuste necessário para repor as perdas inflacionárias na data-base dos últimos 12 meses, bem como apresenta as projeções estatísticas do DIEESE para o reajuste necessário na data-base de maio e junho de 2013. Trata-se de uma estimativa no intuito de permitir o planejamento das categorias com negociação nos próximos meses.

GRÁFICO 6
Evolução dos reajustes necessários para repor a inflação por data-base, em (%)
ICV-DIEESE e INPC-IBGE, maio/2012 a junho/2013



Fonte: DIEESE.

Elaboração: DIEESE Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

INDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

INDICES ECONÔMICOS / FINANCEIROS

Referência: Março/2013

Índices	Mês	Trimestre	Ano	Últimos 12 meses
ICV DIEESE - Geral	0,78%	2,69%	2,69%	7,08%
ICV DIEESE - Estrato 1	0,70%	1,93%	1,93%	7,50%
ICV DIEESE - Estrato 2	0,73%	2,30%	2,30%	7,10%
ICV DIEESE - Estrato 3	0,83%	3,02%	3,02%	6,92%
INPC IBGE	0,60%	2,05%	2,05%	7,22%
IPCA IBGE	0,47%	1,94%	1,94%	6,59%
IPCA IBGE Serviços de Saúde	0,63%	2,38%	2,38%	8,18%
IPCA IBGE Serviços de Saúde SP	0,79%	2,85%	2,85%	8,50%
IPC FIPE	-0,17%	1,20%	1,20%	5,57%
IGP-M FGV	0,31%	0,81%	0,81%	7,97%
IGP-DI FGV	0,21%	0,84%	0,84%	8,06%

Alimentação no ICV DIEESE e no INPC IBGE / Cesta Básica

Índices	Mês	Trimestre	Ano	Últimos 12 meses
ICV DIEESE - Alimentação Geral	0,96%	3,59%	3,59%	12,72%
ICV DIEESE - Alimentação Fora do Domicílio	0,87%	2,53%	2,53%	10,68%
INPC IBGE - Alimentação Geral	1,16%	4,93%	4,93%	13,57%
INPC IBGE - Alimentação Fora do Domicílio	0,61%	2,89%	2,89%	10,63%
	Valor	Mês	Ano	Últimos 12 meses
Cesta Básica - São Paulo	R\$ 336,26	2,96%	10,29%	23,06%

Salário Mínimo Nacional e Salário Mínimo Necessário

	Março/13	Fevereiro/13	Janeiro/13	Dezembro/12
Salário Mínimo Nacional	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 622,00
Salário Mínimo Necessário - DIEESE	R\$ 2.824,92	R\$ 2.743,69	R\$ 2.674,88	R\$ 2.561,47
SM Necessário / SM Nacional	4,17	4,05	3,95	4,12

Piso Salarial Estado de São Paulo

	Faixa I	Faixa II	Faixa III	
Vigência a partir de 01/03/2012	R\$ 690,00	R\$ 700,00	R\$ 710,00	-
Vigência a partir de 01/02/2013	R\$ 755,00	R\$ 765,00	R\$ 775,00	-
Reajuste Nominal	9,42%	9,29%	9,15%	-
Reajuste Real (desconta Inflação INPC-IBGE)	3,01%	2,89%	2,76%	-

ANEXO I

Base Territorial dos Sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

SINSAÚDE Campinas – 136 Municípios

Adamantina, Aguaí, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Álvaro de Carvalho, Americana, Amparo, Araras, Araraquara, Arco Íris, Artur Nogueira, Atibaia, Bastos, Borborema, Bragança Paulista, Brejo Alegre, Buritama, Cabreúva, Cafelândia, Cajamar, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Conchal, Conchas, Cosmópolis, Dracena, Elias Fausto, Elisiário, Espírito Santo do Pinhal, Echaporã, Floreal, Flórida Paulista, Fernão, Francisco Morato, Gavião Peixoto, Gália, Garça, Guaimbê, Getulina, Guzolândia, Herculândia, Hortolândia, Ibaté, Ibitinga, Indaiatuba, Irapuã, Itápolis, Itapira, Itapura, Itatiba, Itu, Itupeva, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Jarínú, Joanópolis, Júlio Mesquita, Jundiá, Jaguariúna, Junqueirópolis, Lavínia, Lindóia, Louveira, Lucélia, Limeira, Lourdes, Luziânia, Leme, Macauba, Magda, Marília, Monte Alegre do Sul, Monte Castelo, Monte Mór, Morungaba, Mogi-Guaçu, Mogi Mirim, Nipoã, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Europa, Nova Guataporanga, Nova Luzitânia, Novo Horizonte, Nova Odessa, Oriente, Osvaldo Cruz, Paulicéia, Paulínia, Panorama, Parapuã, Pacaembú, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Pirajú, Planalto, Pirassununga, Piacatú, Pompéia, Porto Feliz, Quintana, Queiróz, Rafard, Rinópolis, Rubiácea, Sabino, Salto, Salmorão, Santa Mercedes, São João do Pau 'Alho, Santa Cruz da Conceição, Santa Fe do Sul, Santo Antônio do Jardim, Santo Antônio da Posse, São João da Boa Vista, São Roque da Fatura, São Sebastião da Gramma, Santópolis do Aguapeí, Socorro, Serra Negra, Sumaré, Tupã, Três Fronteiras, Tuiuti, Tupi Paulista, Tabatinga, Ubarana, União Paulista, Urú, Várzea Paulista, Vera Cruz, Valinhos e Vinhedo.

Sindicato da Saúde de Ribeirão Preto – 84 Municípios

Adolfo Pinto, Altinópolis, Álvares Florence, Américo Brasiliense, Américo de Campos, Barretos, Barrinha, Batatais, Bebedouro, Boraceia, Brodowski, Cajobi, Caconde, Cajuru, Cândido Rodrigues, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, Colina, Colômbia, Cravinhos, Divinolândia, Dobrada, Dumont, Fernando Prestes, Guaira, Guaraci, Guariba, Guataparã, Ipiquã, Itobi, Itaóca, Jaborandi, Jaboticabal, Jardínópolis, Luis Antônio, Matão, Mendonça, Meridiano, Mococa, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Motuca, Novais, Nuporanga, Olímpia, Orlandia, Palmares Paulista, Parisi, Pitangueiras, Pontal, Porangaba, Porto Feliz, Porto Ferreira, Pradópolis, Ribeirão Preto, Rincão, Sales Oliveira, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Sales, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São Sebastião Da Gramma, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Severina, Taiaçu, Taiúva, Tambaú, Taquaral, Taquaritinga, Terra Roxa, Valentim Gentil, Vargem Grande do Sul, Viradouro, Vista Alegre do Alto e Vitória Brasil.

Sindicato da Saúde de Araçatuba – 35 Municípios

Araçatuba, Barbosa, Penápolis, Birigui, Rubiácea, Coroados, Gabriel Monteiro, Santópolis do Aguapeí, Murutinga do Sul, Andradina, Auriflama, Avanhandava, Bento de Abreu, Bilac, Castilho, Clementina, Gastão Vidigal, Glicério, Guaraçaí, Guararapes, Lavínia, Lins, Mirandópolis, Monções, Promissão, Valparaíso, Nova Independência, Palmeira D'Oeste, Pereira Barreto, Santo Antonio do Aracanguá, General Salgado, Ilha Solteira, Guaíçara, Piacatu e Queiróz.

Sindicato da Saúde de Rio Claro – 10 Municípios

Analândia, Charqueada, Corumbataí, Cordeirópolis, Descalvado, Iracemópolis, Itirapina, Ipeúna, Santa Gertrudes e Rio Claro.

Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto – 66 Municípios

Adolfo, Altair, Aparecida d'Oeste, Ariranha, Bady Bassitt, Bálsamo, Buritama, Cajobi, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Dobrada, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Ibirá, Icém, Indaiaporã, Itajobi, Jaci, Jales, José Bonifácio, Macauba, Macedônia, Mendonça, Mira Estrela, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paraíso, Paranapuã, Paulo de Faria, Pedranópolis, Pindorama, Pirangi, Poloni, Pontes Gestal, Populina, Potirendaba, Riolândia, Rubinéia, Sales, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, São João das Duas Pontes, São José do Rio Preto, Tabapuã, Tanabi, Turmalina, Uchoa, Urânia, Urupês e Votuporanga.

Sindicato da Saúde de Sorocaba – 44 Municípios

Alambari, Alumínio, Angatuba, Assis, Avaré, Bernardino de Campos, Buri, Cândido Mota, Capela do Alto, Cerqueira Cesar, Eldorado, Guareí, Ibirarema, Ibiúna, Ipaussu, Itaí, Itapetininga, Itatinga, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Mairinque, Manduri, Óleo, Palmital, Paraguaçu Paulista, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Piraju, Quatá, Registro, Salto de Pirapora, Santa Cruz do Rio Pardo, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sarutaiá, Sete Barras, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tejuapá e Votorantim.

Sindicato da Saúde de Piracicaba – 19 Municípios

Anhembi, Águas de São Pedro, Bofete, Boituva, Botucatu, Cesário Lange, Cerquilha, Conchas, Iperó, Laranjal Paulista, Pardinho, Pereiras, Piracicaba, Rio das Pedras, São Pedro, Santa Maria da Serra, Santa Barbara D'Oeste, Saltinho e Tietê.

Sindicato da Saúde de Jaú – 16 Municípios

Bariri, Barra Bonita, Boa esperança do Sul, Bocaina, Brotas, Dois Córregos, Dourado, Igarapu do Tiete, Itapui, Jaú, Lençóis Paulista, Macatuba, Pederneiras, Ribeirão Bonito, São Manoel e Torrinha.

Sindicato da Saúde de Franca – 17 Municípios

Aramina, Buritzal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Rifaína, Ribeirão Corrente, Ipuã e São José da Bela Vista.

Sindicato da Saúde de Bauru – 9 Municípios

Bauru, Agudos, Arealva, Duartina, Iacanga, Guarantã, Pirajui, Piratininga e Presidente Alves.

Sindicato da Saúde de Presidente Prudente – 28 Municípios

Álvares Machado, Presidente Bernardes, Martinópolis, Santo Anastácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista, Ouro Verde, Caiuá, Piquerobi, Caiabú, Alfredo Marcondes, Santo Expedito, Mariápolis, Sagres, Indiana, Regente Feijó, Taciba, Pirapozinho, Tarabai, Narandiba, Estrela do Norte, Sandovalina, Flora Rica e Rancharia.

Sindicato da Saúde de Santos – 17 Municípios

Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu, Iguape, Cananéia, Pariquera-Açu, Bertioxa, São Sebastião e Ilha Bela.

Sindicato da Saúde de São José dos Campos – 38 Municípios

Aparecida, Areias, Arujá, Bananal, Biritiba-Mirim, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Silveiras, Tremembé e Ubatuba.

Observações:

1) Dezenove Municípios aparecem na base de pelo menos dois Sindicatos diferentes. São eles: *Adolfo, Buritama, Cajobi, Conchas, Dobrada, Ibiúna, Lavínia, Macauba, Mendonça, Piacatú, Pirajú, Porto Feliz, Queiróz, Rubiácea, Sales, Santa Fe do Sul, Santópolis do Aguapeí, São Roque e São Sebastião da Gramma.*

2) O número de Municípios das Bases Territoriais não é idêntico ao que aparece nos Estatutos Sociais dos respectivos Sindicatos, uma vez que nestes, são contabilizados também os Distritos.

ANEXO II

Base Territorial dos Sindicatos NÃO filiados à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Sindicato da Saúde do ABC – 06 Municípios

Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Sindicato da Saúde de Guarulhos – 03 Municípios

Guarulhos, Itaquaquecetuba e Mairiporã.

Sindicato da Saúde de Osasco – 13 Municípios

Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu Guaçu, Ibiúna, Itapeverica da Serra, Itapeví, Jandira, Osasco, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Sindicato da Saúde de São Carlos – 02 Municípios

Ibaté e São Carlos.

SINSAÚDE São Paulo – 48 Municípios (inclui a Capital)

Alvinlândia, Anhumas, Apiaí, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Turvo, Bom Jesus dos Perdões, Borá, Caieiras, Campos Novos Paulistas, Capão Bonito, Coronel Macedo, Cruzália, Fartura, Ferraz de Vasconcelos, Florínea, Franco da Rocha, Guapiara, Iepê, Iporanga, Itai, Itapeva, Itatinga, Itaporanga, Itararé, João Ramalho, Lupércio, Lutécia, Maracá, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Ocaçu, Oscar Bressane, Pedra Bela, Pirapora do Bom Jesus, Platina, Poá, Ribeira, Riversul, Salto Grande, São Paulo, São Pedro do Turvo, Suzano, Taguai, Taquarituba, Taubaté, Timburi, Ubirajara.

Fonte: www.sinsaude.org.br

Obs.: Não inclui os distritos: Chavantes, Claraval, Ibiracema e Itaberaba.

Direção Executiva

Presidente: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice-presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesq. e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Serv. Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Clemente Ganz Lúcio – coordenador de pesquisas

Nelson de Cheri Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Escritório Regional São Paulo

Eliana Elias – Supervisora Técnica – eelias@dieese.org.br

Equipe Técnica Responsável

Luiz Fernando Alves Rosa – luizfernando@dieese.org.br

DIEESE - Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo



Rua Paula Ney, 533 – Aclimação
CEP 04.107-021 São Paulo, SP
Telefone (11) 5575-7427
E-mail: atendimento@federacaodasaude.org.br
www.federacaodasaude.org.br

Direção Executiva

Presidente: Edison Laércio de Oliveira

1º vice-presidente: Nilselena Martins da Silva

2º vice-presidente: Erivelto Correa Araújo

Dir. Relações Públicas: Marilsa Sales Braga

Secretária Geral: Elaine da Silva Amaral

1ª secretária: Edna Alves

2ª secretária: João do Nascimento Carvalho

Tesoureira Geral: Maria Jerusa Tagiaroli de Abreu

1º Tesoureiro: Valdeir Magri

Dir. Ass. de Previdência Social: Lierse Christovam de Almeida

Dir. Recursos Humanos: Maria das Graças Artur Machado

Diretor-procurador: Paulo Roberto Gondim Richieri

Diretor de Relações Intersindicais: Milton Carlos Sanches

Diretor de Legislação e Normas: Aristides Agreli Filho

Diretor de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Vergara Pereira

Diretora Cultural: Maria Hermann

Diretor de Assuntos Parlamentares: Pedro Alberto Tolentino

Diretora Arquivista: Silvia Cristina Ponce

Diretora de Sede e Patrimônio: Leide Mengatti

Conselho Fiscal – efetivo

- Carlos Alberto Cairos

- Rozeli Aparecida Lopes Gonçalves Nogueira

- Elizabete Antonia Bertin

Delegados efetivos representante na CNT

- Marta Alves de Carvalho

- Paulo César Pereira Richieri

Suplentes de Diretoria

- Florivaldo P. de Almeida

- Vera Lúcia Salvadio Pimentel

- Edmilson Aparecido Ferreira

- Anselmo Eduardo Bianco

- Maria Helena Anunciação de Souza

- Maria de Fátima Marcon

- Maria Ivanilde de Araújo Almeida

- Maria Cecília da Silva

- Heloísa Helena Teixeira

- Francisco Sálvio de Almeida

- Arnaldo Batista de Almeida

- Ivone Carrocini

- Irany Maria de Jesus

- Marly Alves Coelho

- Ana Ferreira da Silva

- Maria Doniseti de Souza

- Elidalva da Silva Lima

- Hermínia Aparecida Cruz

- João de Fátima

Suplentes do Conselho Fiscal

- Sofia Rodrigues do Nascimento

- Natalício Valério da Silva

- Inês de Oliveira

Suplentes dos delegados representantes da CNTS

- Ademilson Eleodoro de Carvalho

- Zélia Aparecida Torquetti Spagnol